

## (RE)CONSTRUINDO IDENTIDADES SOCIAIS: O CASO DOS “TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA” EM DESCALVADO-SP

**Lucas Magno**

M.Sc. em Extensão Rural - UFV  
[lucasgeoufv@yahoo.com.br](mailto:lucasgeoufv@yahoo.com.br)

**Sheila Maria Doula**

D.S. em Antropologia Social – UFV  
[sheila@ufv.br](mailto:sheila@ufv.br)

### RESUMO

O trabalho analisa a demanda da política de assentamentos rurais no município de Descalvado-SP como parte do processo de reconstrução de identidades sociais e a partir dos espaços de mediação política. O objetivo geral foi compreender os processos de construção da identidade social de “sem terra” e a demanda por terra nesse município. A metodologia para coleta de dados incluiu a observação participante nas reuniões do movimento social no município e entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores rurais envolvidos com o processo, bem como com a liderança local do movimento. Os resultados evidenciam que os atores inseridos precariamente nos circuitos de valorização do capital são portadores de afinidades socioculturais e que quando estabelecem redes de articulação social entre eles e os movimentos sociais, constroem estratégias de ação coletiva para a intervenção do governo em situações de conflito por território.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais. Mediação política. Identidade social.

### (RE)CONSTRUCTING SOCIAL IDENTITIES: THE CASE OF “LANDLESS” IN DESCALVADO-SP

#### ABSTRACT

The work analyzes the demand of rural settlement policy in the municipality of Descalvado-SP as part of the reconstruction of social identities and from spaces of political mediation. The general objective was to understand the process of construction of social identity of “landless” and demand for land that municipality. The methodology for data collection included participant observation at meetings of the social movement in the city and semi structured interviews with rural workers involved in the process, as well as with local lead movement. The results show that actors precariously placed in the circuits of the capital have sociocultural affinities and that when they establish social networks articulation between them and the social movement, build collective action strategies for government intervention in conflict over territory.

**Keywords:** Rural settlement. Mediation policy. Social identity.

### INTRODUÇÃO

Os trabalhadores das agroindústrias sucroalcooleiras da região Central do estado de São Paulo participam, desde a década de 1990, de um processo contínuo de discussão sobre a precarização de suas condições de trabalho e também sobre a modernização do setor (FERRANTE, 1991; FERRANTE; BARONE, 2006). Tais discussões foram desencadeadas, em boa medida, na esteira da implantação da Lei estadual nº11.241/2002 (SÃO PAULO, 2002) que regulamentou a queimada da palha da cana para a colheita e definiu que ela fosse

---

Recebido em 17/10/2012

Aprovado para publicação em 18/11/2013

eliminada até o ano de 2017 em todo o estado, quando a mecanização dessa etapa da produção canavieira deverá ser completa.

Esses espaços de debates construídos em meio a greves de trabalhadores rurais, a alojamentos, a assentamentos rurais e a acampamentos são, comumente, orientados pelos porta-vozes políticos autorizados pelos trabalhadores, isto é, pelos mediadores políticos do principal movimento social regional, qual seja: a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). Como desdobramento da prática de discussões sobre o destino da categoria na região, é possível observar, numa conjuntura política favorável em que, no início do novo milênio, o governo federal foi assumido por um líder sindical e que se esperava maior aproximação com os movimentos sociais, o encaminhamento de ações alternativas pelos trabalhadores voltadas não apenas à busca de direitos por melhores condições trabalhistas, mas, sobretudo, à demanda do acesso à terra. Ou seja, nesses espaços organizados pela FERAESP discute-se e estruturam-se novas ações para a categoria visando um processo de mudança social, em que os envolvidos passem de trabalhadores rurais assalariados a assentados.

Alegando incapacidade de o setor sucroalcooleiro absorver o montante de trabalhadores empenhados na colheita da cana na região no (novo) processo de modernização rural, a FERAESP encampa discussões até então sem respaldo, inclusive na estrutura política proposta pelo movimento, segundo a qual não deveriam ser incluídos em sua base trabalhadores com qualquer forma ou relação de posse com a terra (FERRANTE, 1991). Mas, no contexto atual de mecanização, a possibilidade da conquista da terra passou a se constituir como um dos principais eixos de luta dos trabalhadores rurais na região.

Neste artigo analisamos o processo de mudança da posição dos trabalhadores rurais em assentados, apreendido a partir dos espaços de mediação política constituídos pela FERAESP na região Central do estado de São Paulo. Para compreender e sistematizar tal problemática, enfocaremos como se dá esse processo a partir da análise do espaço de mediação construído por esse movimento no município de Descalvado, que possibilitou a identificação de uma diversidade de categoriais sociais com a identidade "sem terra" e a construção de ações coletivas de ocupações de terras que, posteriormente, desdobrou-se na instalação de Projetos de Assentamentos rurais (PA's).

Nossas considerações, portanto, estão centradas nos desdobramentos das representações e práticas sociais dos trabalhadores, agentes imediatos do processo de mobilização do movimento social na região, na construção estratégica da identidade de "sem-terra" e de ações coletivas de ocupações. Para tanto foi preciso ultrapassar a restritiva valorização dos aspectos econômicos e incorporar as dimensões culturais e históricas no entendimento das diferentes posições sociais que precisaram ser desconstruídas e posteriormente reconstruídas dentro do processo de constituição de novo agrupamento.

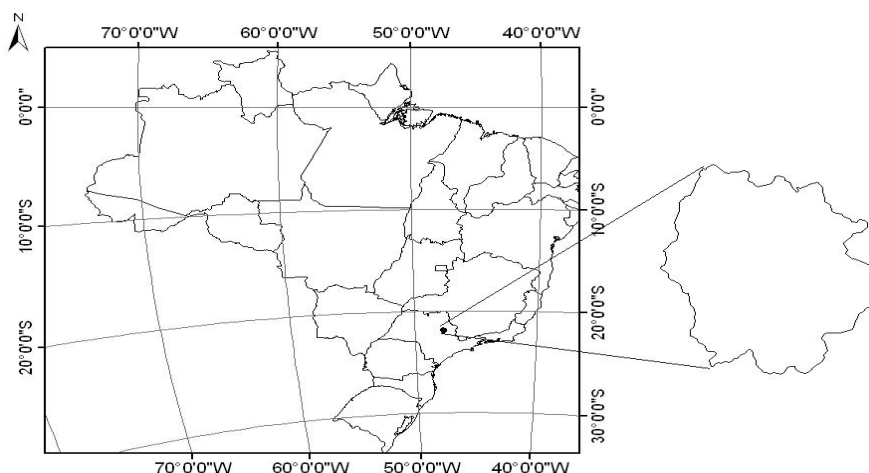
Assim, nossas análises compreendem os momentos anteriores aos acampamentos e assentamentos rurais, e revelam os espaços de mediações políticas e de negociações de identidades sociais dos diferentes sujeitos envolvidos com a luta pela terra em Descalvado-SP.

Partimos do pressuposto de Neves (1999), que argumenta que o entendimento do processo de construção de assentamentos rurais deve, antes, perpassar a compreensão da unidade social que demanda a reforma agrária, pois os assentamentos só se objetivam enquanto uma forma de ação coletiva dos sujeitos mais diretamente envolvidos na questão e na capacidade política que eles têm de proposição futura e agregação social, que são produtos de negociações e mediações anteriores à ação de ocupação propriamente dita. Ainda segundo essa autora, essa possibilidade de articulação deve ser pensada juntamente com a compreensão dos planos de organização social ou, como ensinou Geertz (1989), dos princípios de filiação grupal, de modo a revelar as "forças de agregação social" para a entrada no conflito.

No município aqui considerado como *locus* empírico da pesquisa (figura 1), foram criados, nos últimos seis anos e em decorrência dessa mudança de estratégia da FERAESP, três assentamentos rurais (assentamentos 21 de Dezembro, Aurora e Bom Retiro, conforme figura 2) formados, basicamente, por migrantes que trabalhavam no corte da cana e que participavam ativamente dos espaços de discussão construídos pelo movimento. Assim, questiona-se: Quais foram, no decorrer da trajetória social dos trabalhadores que participavam desses espaços de

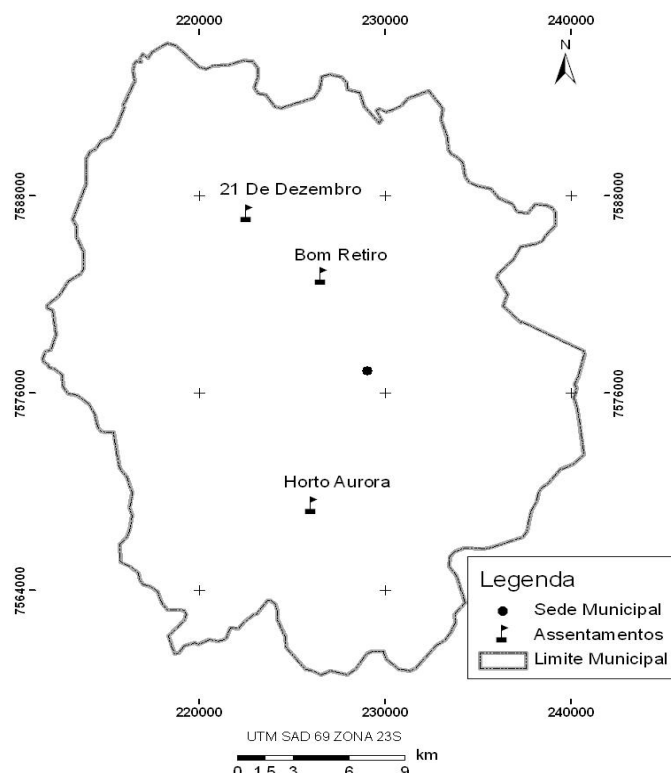
debate, os elementos unificadores na conformação da identidade de "sem terra"? Quando, de fato, essa identidade elaborada estrategicamente alcançou homogeneidade?

**Figura 1** – Localização do município de Descalvado, estado de São Paulo, no Brasil.



Fonte: Magno (2011).

**Figura 2** – Espacialização dos Assentamentos rurais no município de Descalvado em 2010.



Fonte: Magno (2011).

Essas questões nos conduziram a acreditar que a terra, mais especificamente a possibilidade de sua posse, era um dos símbolos que deu sentido à identidade social de "sem terra" nesse município, se colocando como o principal elemento unificador da diversidade de grupos que protagonizavam as reuniões políticas da FERAESP em Descalvado.

Assim, tomando como referência essa hipótese e as questões levantadas, o trabalho tomou o seguinte caminho para respondê-las: primeiramente optou-se em apresentar o referencial teórico utilizado; depois tratamos de entender a construção dos espaços políticos de mediação

propriamente ditos; posteriormente analisamos quando esse agrupamento (re)organiza os discursos e elabora os novos contornos identitários para possibilitar a construção de ações coletivas de ocupação de terras; para, por fim, tecer algumas considerações sobre a análise do processo de mediação política e de (re)construção identitária observado.

Esse estudo de caso usou como técnicas de construção de dados a observação participante (HAGUETTE, 1992), realizada em quatro reuniões organizadas pela FERAESP em Descalvado e região no ano de 2009, e entrevistas semiestruturadas, baseadas na metodologia da história oral (THOMPSON, 1992), com 12 trabalhadores nos meses de agosto e setembro de 2010.

As entrevistas foram feitas a partir de uma amostragem intencional, por *expert*, entre os trabalhadores que participaram das reuniões, mas que deveria ser representativa da diversidade de trajetórias sociais do grupo. A construção dessa amostragem também levou em consideração alguns fatores, tais como a participação desde o início do processo de luta pela terra nesse município e diversidade de gênero e geração. E para aprofundar as questões relativas à construção dos espaços de mediação, também entrevistamos, em dois momentos, a liderança local (mediador político) da FERAESP em Descalvado no mês de outubro de 2010.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter social baseada em metodologias qualitativas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO: MEDIADORES POLÍTICOS, IDENTIDADES SOCIAIS E TERRITÓRIO**

A ausência de uma tradição e a pouca sistematização das reflexões que envolvem a questão dos mediadores políticos e sociais no Brasil faz com que o tema seja periférico nas discussões sobre demanda de políticas públicas.

Diante da constante abrangência, e mesmo vulgarização, pela qual pode passar o termo, Neves (2008, p. 21) se pergunta "(...) o que (na vida social) não é mediação?". Para essa autora, refletir sobre mediação é enfrentar um amplo objeto que, pelo seu caráter social, não pode ser reificado ou generalizado, sendo necessário colocar em evidência seu contexto histórico e político.

Essa posição é semelhante à de Novaes, que debate o conceito de mediação nos seguintes termos:

O que estou tentando recuperar é o sentido que está presente em vários estudos clássicos de antropologia que pressupõe diferenças culturais e assimetria econômica e política entre as partes, entre grupos sociais. (NOVAES, 1994, p. 178).

Segundo Novaes, todas as formas de mediação pressupõem o "estar entre", fazer a ponte. "Fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir falas" (NOVAES 1994, p. 180). Assim, as mediações devem ser pensadas como ações que retiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos sociais, permitindo, assim, que questões em nível local possam ser tratadas como algo mais amplo (MEDEIROS; ESTERCI, 1994). É nesse sentido que devemos problematizar as operações realizadas pelos mediadores políticos na adequação entre as demandas locais e, por exemplo, as ofertas e orientações das políticas públicas estaduais e federais como a de assentamentos rurais.

Aprofundando a ideia de que a mediação política e social se estabelece entre grupos heterogêneos, Neves (2008) argumenta que a função principal do mediador é criar as condições para a construção de representações sociais comuns entre os grupos e dar explicações que permitam a eles a elaboração de estratégias adequadas à situação de mudança que desejam. Esse processo é fundamental para aquisição de consciência coletiva referente à visão de mundo e à posição menos assimétrica. Assim sendo, os mediadores sistematizam os valores que ordenam o novo *ethos* do grupo que participa das mobilizações, revertendo sobre os mediados os efeitos não dignificantes do distanciamento do modo de vida que dizem prezar.

Segundo Neves (1999), a ação dos mediadores não pode ser minimizada nesse processo. É ela que produz uma intercessão entre duas posições sociais. São os mediadores que

constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e que propiciarão o "pontapé" inicial para que a construção de nova identidade social e a demanda de políticas públicas se concretizem.

Nesse sentido, uma das ações primordiais nesses espaços de mediação é a desnaturalização dos modos anteriores de integração ou filiação grupal e a construção de novos padrões a partir da construção de um *ethos* (GEERTZ, 1989) da nova identidade que está se constituindo. Esse é um processo reflexivo que nos mostra que para entendermos o texto proferido por um grupo, precisamos antes entender o seu contexto, como bem apontou Geertz (1989).

Na obra desse autor encontramos uma relação clara entre texto, conjunto de símbolos, crenças e valores, e o contexto, espaço onde esses elementos são reelaborados com os e nos grupos. Segundo Geertz, para que possamos valorizar a diversidade das ações humanas é necessário entender a multiplicidade cultural que as diferencia, pois a criação de imagens e de ideias em torno de si e do outro estão em constante (trans) formação.

Partindo desse pressuposto perguntamo-nos: quais são, então, os elementos históricos e culturais que possibilitam a (re)construção identitária de um grupo em um espaço de mediação?

Castells (1999) nos ofereceu pistas importantes. Segundo esse autor, pode-se observar na contemporaneidade o surgimento de identidades que se atraem pelos "paraísos comunais", ou seja, identidades que buscam nos elementos de coletividade o sentido do pertencimento social. Tais identidades constroem suas fundamentações em torno de elementos como a família, a religião, a etnia, o território, a profissão, a luta e a posição política.

Para Castells (1999), atualmente existem três ameaças que induzem a recriação identitária nesse novo milênio: a globalização, que dissolve a autonomia das instituições e organizações sociais; a flexibilidade que torna praticamente indistintas as fronteiras de participação e de envolvimento, que individualizam as relações sociais e provocam instabilidade estrutural do trabalho, do tempo e do espaço; e a crise da família que ocorre nas bases das transformações dos mecanismos de segurança social e de socialização. Assim:

Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes virtuais dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus. (CASTELLS, 1999, p. 85).

Desse argumento de Castells, mas também retomando a concepção geertziana de que a cultura e as visões de mundo estão em constante tessitura, é que surgem importantes características do processo de construção de identidades de grande interesse para esse trabalho e que se refere à dinamicidade e contextualidade dos constructos identitários.

A identidade nunca é construída somente a partir da diferença ou de características "próprias", singulares, pois tem sempre um caráter reflexivo. Identificar-se implica em estabelecer uma relação com alguém ou com algo, num sentido dialógico em determinados contextos e circunstâncias. Assim, a identidade, por mais estável que pareça, é múltipla e está aberta a constantes (re)construções. A definição de identidade de Castells propõe essa perspectiva:

(...) entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (...) Assim, defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade de uma ação praticada por tal ator. (CASTELLS, 1999, p. 22-23).

Nesse sentido, percebemos que o conceito de identidade não se limita às concepções de originalidade, de tradição ou de autenticidade, pois processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (memória, herança, imaginário, passado, etc.), que também não são estáticas (THOMPSON, 1998; HOBBSAWN; RANGER, 1984),

como pelas traduções (estratégias, projetos, mudanças, rumos, etc.). As identidades, portanto, nunca são fixadas ou unificadas. Elas são construídas ao longo de práticas, discursos, posições sociais e que podem se cruzar ou ser antagônicas, numa constante relação de poder.

A identidade é multidimensional, pois cada indivíduo integra, de maneira sintética, uma pluralidade de referências identificatórias que estão ligadas à sua história. Um mesmo indivíduo pode assumir, por exemplo, a identidade de mulher, de negra, de sem terra e de trabalhadora. No entanto, cada identidade entrará em cena dependendo do contexto social e de poder em que ele está imerso num determinado espaço. Nessa perspectiva a identidade é usada como um meio para atingir um objetivo, logo ela não é absoluta, mas relativa.

Tomando ainda como referência o argumento de Castells (1999), especialmente quando esse autor coloca que um dos novos elementos de conformação de identidades sociais atualmente perpassa o território, sentimos a necessidade de conceituar essa categoria geográfica, haja vista que nossa hipótese também nos conduziu ao entendimento da terra como principal móvel para que os trabalhadores entrassem em uma situação de conflito fundiário em Descalvado.

Assim, entendemos território numa perspectiva relacional, que tanto pode ser trunfo como também suporte que antecede e incentivam as ações sociais. Segundo Raffestin (1993), o território é baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, sobre símbolos e/ou significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) em diversas escalas (HAESBAERT, 2011).

Nesse sentido, o ideal do poder sobre uma área é operar com símbolos. É assim, por exemplo, que o espaço antecede o território. O espaço é uma matéria prima, um dado, que virá a se transformar em território a partir da construção de representações sociais sobre ele. Desse modo, à medida que se tem uma população (capacidade de transformação) mobilizada por um recurso que determina os horizontes possíveis da ação, o espaço, como uma potencialidade a ser modificada, tem-se um território. Nas palavras de Raffestin (1993):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência (sic), revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (...). O espaço é local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que o ator manifeste a intenção de dele se apoderar. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Portanto, o território, entendido nos termos de Raffestin (1993), é uma produção a partir do espaço. E essa produção é articulada, primeiramente, por meio de um sistema sêmico, isto é, de representação social sob as possibilidades de apropriação. É justamente através desse sistema que se realiza a objetivação do espaço por processos sociais que, nesse trabalho, podem ser entendidos pela ocupação das terras e pela própria construção do assentamento rural.

Ao corroborar com tal perspectiva, Haesbaert (2002, p. 121) enfatizou que o território pode ser dominado e, ou, apropriado por diferentes atores. Para esse autor, enquanto a dominação do território por um grupo ou classe dominante pode trazer desigualdades sociais e ambientais para grupos subalternos, a apropriação dele por populações inseridas precariamente nas relações de trabalho pode ser considerada um processo de fortalecimento das identidades sociais que são, na mesma medida, identidades territoriais. O território, na perspectiva desse autor, é entendido como:

(...) um produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político e econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.



Deste modo, chegou-se a uma junção possível do conceito de território com o de identidade bastante profícua para o nosso trabalho. Valendo-se da perspectiva de Haesbaert (2007a, p. 42), na qual o autor afirma que as identidades precisam ser construídas subjetiva e objetivamente, é que trabalhamos com esse conceito, pois "(...) as marcas da identidade não estão inscritas no real, mas os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas são dele selecionados". Assim, se as identidades são simbólicas, os símbolos que as constroem não são aleatórios ou arbitrários. Eles precisam selecionar referências materiais da realidade. E esta seleção está sempre relacionada a estratégias sociais. Como afirmou Hall (2006 *apud* HAESBAERT 2007b, p. 76):

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas "geografias imaginárias", suas paisagens características, seu senso de lugar, de casa/lar (...), bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas.

Essas reflexões em torno dos conceitos de identidade, mediação e território foram de extrema valia para compreender os elementos que possibilitaram a mudança de posição social para a entrada na luta pela terra em Descalvado, construídos nas reuniões políticas da FERAESP. Através da exposição, pelo mediador, das possibilidades que se poderiam encontrar mediante a mudança de posição social e também do entendimento do universo de significações dos elementos presentes na memória e na trajetória dos, então, trabalhadores rurais, pode-se construir o sentido do novo agrupamento que se constituía e das ações coletivas de ocupações de terras.

Passamos, então, a entender esse processo a partir da sistematização dos dados construídos junto aos trabalhadores mobilizados pela FERAESP no município de Descalvado.

#### **"OS SEM TERRA DE DESCALVADO": DAS HETEROGENEIDADES DO "EU" À FORMAÇÃO DE UM "NÓS" RELATIVAMENTE HOMOGÊNEO**

Integrante da conhecida "Califórnia Brasileira" (SILVA, 1999), a região Central Paulista geralmente é encarada como um bom exemplo de desenvolvimento rural. Essa imagem veio na esteira da implantação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), em 1975, como política pública que estimulou a indústria sucroalcooleira, fazendo crescer de forma repentina a área plantada com cana de açúcar. A tabela 1 abaixo é ilustrativa desse aumento da área plantada nas diferentes regiões do estado de São Paulo. É importante destacar que, nas décadas de 1970 e 1980, a região Central paulista era integrada à de Ribeirão Preto. Somente na década de 1990 é que ela foi desmembrada e passou a se chamar Região Central Paulista.

**Tabela 1** – Evolução da área total plantada com cana-de-açúcar, por divisão regional agrícola, estado de São Paulo, 1970/1971 - 1985/1986 (em hectares).

<b>Divisão Regional/Ano</b>	<b>1970 - 1971</b>	<b>1975 - 1976</b>	<b>1980 - 1981</b>	<b>1985 - 1986</b>
Rib. Preto	256.520	322.600	532.700	707.430
Campinas	278.300	292.900	335.600	430.790
Bauru	93.595	133.233	187.800	288.060
Marília	33.939	44.767	88.300	193.050
S. J. do Rio Preto	21.780	61.300	78.300	133.100
Araçatuba	5.324	7.900	32.000	111.370
Sorocaba	53.240	62.900	83.000	90.390
P. Prudente	363	8.200	38.000	73.970
V. Paraíba	3.267	2.500	2.410	2.800
São Paulo	3.872	2.100	2.150	140
Estado	750.200	938.400	1.379.760	2.031.100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Já a tabela 2 apresenta a evolução da área plantada com cana-de-açúcar no município de Descalvado, entre os anos de 1975 e 2008. Esse crescimento se deu em detrimento da redução da área de mata nativa do município e veio acompanhado de um aumento considerável de trabalhadores rurais de outros estados do país, conforme já destacado por Magno *et. al.* (2010).

**Tabela 2** – Evolução da área total plantada com cana-de-açúcar no município de Descalvado, estado de São Paulo, 1975 - 2008, em hectares.

Ano	Área cultivada com cana-de-açúcar
1975	50.242
1980	51.430
1990	59.429
2002	63.556
2008	65.047

Fonte: Magno *et. al.* (2010).

No entanto, concomitante ao aumento estrondoso da área agrícola na região, o número de postos de trabalho junto a essa atividade também experimentou um acentuado crescimento (FERRANTE, *et. al.*, 2005).

O número de trabalhadores rurais intensifica-se nesse mesmo período, mão de obra que outrora era moradora da zona rural e que vivia sob o regime de colonato. Assim, nesse período, esses ex colonos, agora trabalhadores temporários nas colheitas da cana, serão a base da categoria "boia-fria", que contará também com uma grande leva de trabalhadores rurais de outros estados da federação.

A precarização das condições de trabalho e vida dos boias-frias em vários municípios da região Central do estado foi motivo de várias greves, revoltas e denúncias sobre violações dos direitos humanos que marcaram as décadas de 1980\90 (SILVA, 1999; FERRANTE, *et. al.*, 2005). Essas situações iam de encontro ao que as políticas públicas de modernização rural patrocinavam na região e, por isso mesmo, muitas vezes foram abafadas pelos poderes públicos locais e estaduais no intuito de deixar transparecer apenas a face "moderna" desse processo.

No entanto, os trabalhadores não se calaram. Em um primeiro momento, eles, principalmente os migrantes envolvidos no corte da cana, motivados pelos sindicatos e agentes da Pastoral do Migrante, organizaram manifestações reivindicando direitos trabalhistas e melhores salários. A greve no município de Guariba no ano de 1984, na região de Ribeirão Preto, se tornou um marco dessa luta (SILVA, 1999; ALVEZ, 2009).

Posteriormente, tanto a partir dos grupos já formados em torno das reivindicações trabalhistas e de greves quanto da aglutinação de pessoas que nunca haviam se envolvido em revoltas e reivindicações, começam a surgir os conflitos em torno da democratização do acesso à terra. Esse momento da luta dos trabalhadores passa a ser mais nítido a partir dos fins dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, quando surgem muitos assentamentos rurais na região Central de São Paulo e que foram frutos desse processo (a exemplo dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, localizados, respectivamente, nos municípios de Araraquara e de Motuca, conforme destacado por Ferrante *et. al.* [2005]) e que nos interessa mais especificamente. A fala da liderança da FERAESP no município de Descalvado, transcrita abaixo, também é uma importante fonte para essas aferições:

A bandeira de luta principal da FERAESP hoje é a reforma agrária porque ela viu que os assalariados rurais estavam sendo massacrados. A FERAESP nasce pra atender os assalariados, só os assalariados. Só que eles viram que o futuro dos assalariados estava comprometido né, por causa do desemprego que ia ser gerado com o agronegócio em São Paulo e a mecanização ia tomar conta do campo e precisava ter outro meio de luta, e a gente sempre acreditou que ia atender o pessoal através da reforma agrária. O futuro dos assalariados tinha que ser o acesso a terra, a luta pela terra. Tanto que era verdade que hoje a mecanização no estado tá quase 100% e os trabalhadores não estão tendo lugar de trabalho. A terra, a luta pela terra é a saída. Eles falam em qualificação profissional dos assalariados da cana, mas isso não resolve, pode ajudar uns 20% só, mas o restante não vai dar não. Pode qualificar o tanto que for que não vai dar conta de todos, então o futuro dos assalariados vai ser mesmo a luta pela terra (...). Se por um lado os assalariados estão ficando desempregados, a luta pela terra tá crescendo na região desde a década de 1990. (Liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).



Se, conforme já destacado por Silva (1999), as situações históricas concretas são resultados das relações sociais entre os atores em uma determinada estrutura, consideramos fundamental retomar aqui como os atores sociais construíram e conceberam todo esse processo em Descalvado, principalmente com relação às reivindicações do acesso à terra. Para tanto, privilegiamos dados sobre a percepção de alguns dos atores envolvidos desde o começo da construção da luta pela terra nesse município para, de maneira geral, apresentar algumas características do grupo que consideramos fundamentais para extrair pistas capazes de compor um quadro sobre o processo de construção da nova identidade social (os "sem terras") nesse município.

O testemunho de uma assentada jovem no PA 21 de Dezembro em Descalvado, que participou ativamente dos processos de mobilização social conduzidos pela FERAESP nesse município, revela alguns elementos importantes para começarmos a compreender o processo de reinvenção social dos trabalhadores rurais. Segundo ela, "tudo começou quando":

(...) um amigo do meu pai falou com ele no trabalho: "olha, tá acontecendo isso em Descalvado"; que eram as organizações para as ocupações que a liderança estava fazendo nas fazendas aqui e da região. Isso era em 2005 ou 2006, não lembro ao certo. Mas sei que foi aí que meu pai se interessou por esse negócio de luta pela terra, foi assim que começou o contato do meu pai com a FERAESP e com as outras pessoas que ela estava organizando aqui e na região desde os anos 90. Ele ficou muito empolgado. Depois disso, eles marcaram uma reunião aqui em casa, e depois todas as reuniões anteriores às ocupações também eram aqui em casa na cidade. E teve muitas viu? Aqui era o centro de comunicação do pessoal, minha casa era uma coisa de louco, mas estava dando certo. Foi assim que o assentamento e tudo foi começando em Descalvado. (Assentada no PA 21 de Dezembro em Descalvado, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

A articulação e mobilização social da liderança local do movimento e as reuniões como rituais preparatórios que antecedem a ação de ocupação marcam a início da construção da luta pela terra, dos espaços de mediação e do ator coletivo em Descalvado nos anos 2000.

É muito interessante perceber, através dos depoimentos informais e das entrevistas, como as reuniões foram se tornando rituais de preparação para a ação coletiva de ocupação: a primeira delas como uma preparação e apresentação para o processo de construção de uma proposta conjunta de atuação e a segunda e as demais como uma espécie de "formação" para a luta.

Com a realização da observação participante em alguns desses espaços de debates entre os trabalhadores rurais, no ano de 2009, pudemos perceber a evolução das discussões e também o processo de desmistificação de certas representações sociais do "ser" sem terra. A prática militante da liderança local que realizava, primeiramente, uma dinâmica para a organização e mobilização dos sujeitos possíveis candidatos a beneficiários de política de reforma agrária e, posteriormente, já nas reuniões (espaços de mediação), demonstrava, com a presença de acampados de outra área de atuação do movimento, as ações que estavam sendo realizadas e que caminhavam para a construção de um projeto de assentamento rural. Nesse momento, a liderança local do movimento apresentava também aspectos legais e institucionais que respaldavam a ação do grupo em Descalvado e de toda a política de reforma agrária no país.

Portanto, nesse momento inicial da mediação, entendemos que a liderança local realizava a tarefa de (re)construção de representações sociais e de dar explicações que permitiam a elaboração de estratégias adequadas à situação de mudança social para possibilitar a construção de um novo *ethos* entre os trabalhadores mobilizados, como apontaram Geertz (1989) e Neves (2008). Vários eram os temas discutidos nesses espaços políticos que, em geral, perpassavam questões sobre relações de trabalho no meio rural (o ser trabalhador assalariado e o ser trabalhador autônomo), posse da terra e também relativas às relações familiares no meio rural.

Assim, de um modo geral, as mobilizações e reuniões anteriores à ocupação de terras eram instrumentos de discussão dos assuntos de interesse de quem as promoviam e as protagonizavam. Foi através delas que o "pessoal que não tinha informação" foi tomando conhecimento da estrutura territorial erguida no município e da legislação agrária, bem como

das novas possibilidades de atuação do movimento no local. Nesse momento é que a possibilidade de conquista da terra começou a figurar no imaginário social dos agentes mediados, sendo, portanto, uma representação social sobre uma porção do espaço, o território, que passava a mover a participação social nas demais reuniões políticas da FERAESP em Descalvado.

A articulação e a mobilização social da liderança local da FERAESP, bem como as reuniões tiveram, portanto, papéis decisivos na compreensão da luta pela terra nesse município, pois foi a partir delas que diferentes pessoas com uma diversidade de experiências geográficas e sociais criaram uma nova categoria social em Descalvado: "os sem terra". Foi nesses espaços que as diferentes visões de mundo se concatenavam para a construção de um novo *ethos* grupal, baseado na possibilidade de "pegar terra". Ou, nas palavras de Geertz (1989), criavam-se, assim, os "princípios de filiação grupal" entre os trabalhadores mobilizados e que era baseado na apropriação do território, e também a desconstrução de representações sociais depreciativas quanto à categoria "sem terra".

Mas, como e por que a FERAESP, mais especificamente a liderança local, começou a encampar tais discussões em Descalvado? Visando responder a essa questão entrevistamos novamente a liderança local da FERAESP em Descalvado, e de sua fala, que versa sobre sua trajetória social por movimentos sociais e também sobre a sua chegada ao município, é possível extrair alguns elementos para pensarmos a esse respeito.

Foi em São Paulo que eu conheci o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e comecei a acompanhar o trabalho do movimento. Nesse período a gente fazia trabalho de base na capital mesmo, na periferia e com os moradores de rua (...). Em 1999 eu vim para uma ocupação em Matão aqui na região de Descalvado mesmo, trouxemos um monte de pessoas de lá da capital (...). E nessa ocupação foi que eu acabei ficando aqui. Aí em 2002 a gente conheceu a FERAESP, foi através de um despejo de um acampamento que a gente estava em Barretos, e viemos pra Colina (...) foi quando eu ingressei no movimento e saí do MST. (...) Aí eu vim pra Araraquara, onde é a sede da FERAESP. (...). Mas daqui de Descalvado quase num tinha gente na época pra realizar as ações do movimento, eles não sabiam o que era o movimento. Na primeira ocupação do Aurora aqui foi pra construir esse espaço político, mas a gente foi despejado. Mas fomos até Araraquara e ocupamos o INCRA lá pra reivindicar isso, até a gente ocupar essa área aqui no dia 21 de dezembro de 2005, aqui onde hoje tá o assentamento 21 de Dezembro, o primeiro daqui. Aí construímos esse espaço político para o pessoal de Descalvado mesmo e da região (...). Nessa época a gente tinha em torno de 450 pessoas interessas na luta, de Descalvado e região. Foi então que a gente começou a fazer o trabalho de base, fizemos durante 8 meses, de 2006 a 2007 com esse pessoal que num tinha noção nenhuma do movimento. Foi quando a gente viu que o pessoal já estava se "espertando" no que era a luta e que tinham condições de fazer uma ocupação. (Liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

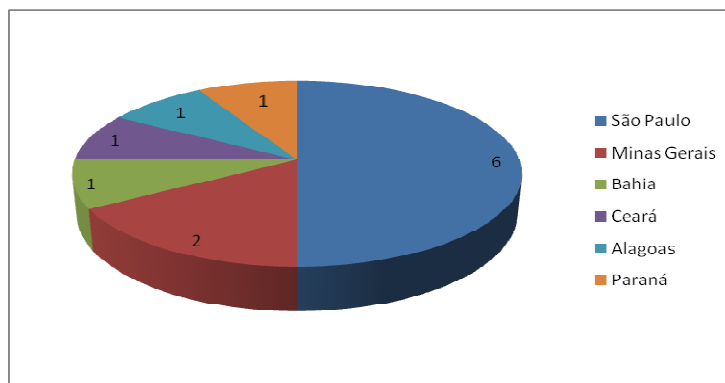
A presença de terras públicas sob concessão irregular em Descalvado, somada à mudança de estratégia na forma de "luta" da FERAESP desde a década de 1990, veio a ser o contexto perfeito para a atuação da liderança do movimento nesse município.

A partir da primeira conquista do movimento em Descalvado (o assentamento 21 de Dezembro) - um espaço político como foi destacado na fala da liderança - é que a liderança local começou a fazer propriamente o "trabalho de base" para nova ação. É nessa "segunda etapa", vamos dizer assim, da luta pela terra no município que a área onde está hoje o PA Aurora (segundo assentamento de Descalvado) começou a ser disputada. Primeiramente através das mobilizações, depois das reuniões para, finalmente, ter início o conflito fundiário propriamente dito. Ou seja, a territorialização do primeiro espaço político em Descalvado através das primeiras mobilizações sociais conduzidas pelo mediador da FERAESP no local foi tendo respaldo de outros trabalhadores que, a partir de então, se agregaram - e se identificam - ao processo em busca de mudança social através da possibilidade da conquista de terra.

Buscando pistas para saber quem protagonizava esses espaços políticos de formação da FERAESP em Descalvado, construímos o perfil socioeconômico dos entrevistados, hoje assentados no município.

De um total de 12 entrevistados, metade é do estado de São Paulo, dois são mineiros, um veio da Bahia e outro natural de Alagoas. Temos ainda que outros dois são dos estados do Paraná e do Ceará, conforme gráfico 1 abaixo.

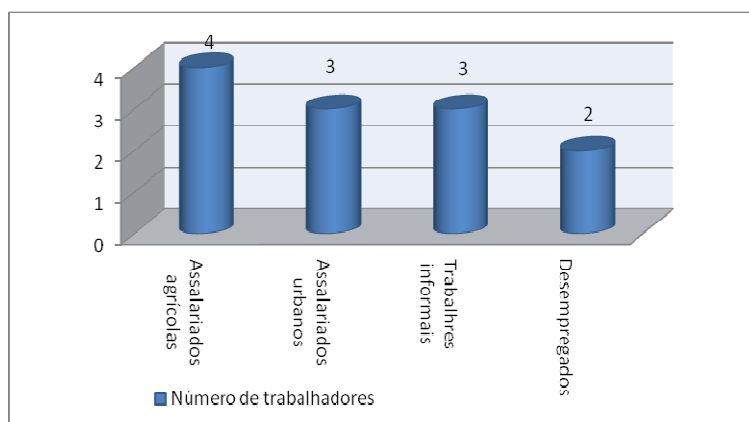
**Gráfico 1** – Estado de origem dos trabalhadores “sem terras” entrevistados em Descalvado-SP, em números de entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010; Magno (2011).

Quanto à experiência de trabalho dos beneficiados, imediatamente anterior à migração para Descalvado, percebemos a trajetória como assalariados agrícolas, permanentes ou temporários, de quatro trabalhadores, três eram moradores de periferias de grandes cidades e eram trabalhadores informais; outros três vieram do trabalho assalariado urbano de cidades da região e dois são oriundos de outros acampamentos organizados pela FERAESP na região e estavam desempregados no momento anterior à entrada na luta pela terra (gráfico 2).

**Gráfico 2.** Ocupação dos trabalhadores “sem terras” entrevistados em Descalvado-SP, em números de entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010; Magno (2011).

Com relação especificamente aos entrevistados que se consideraram assalariados urbanos, esses tinham atividades no setor de serviços nas cidades de São Carlos, Porto Ferreira e Araraquara, mas queriam construir outro lugar pra viver e por isso ingressaram na luta pela terra.

O que esses dados apresentam é justamente a questão do assentamento ser formado por migrantes, incluindo aqueles considerados naturais do estado de São Paulo, que têm na trajetória, em média, a passagem por três municípios antes de chegarem a Descalvado. Assim, o perfil da população que demandava a política de assentamentos rurais nesse município reflete a problemática agrária nacional, indicando claramente que o assentamento possibilitou o acesso a terra por parte de uma população historicamente incluída precariamente nos processos de trabalho, tanto no meio urbano quanto no rural, corroborando a argumentação de Martins (2003).

Outro dado que construímos e que também é reflexo do processo de expropriação que vem comprometendo a reprodução social da agricultura de pequeno porte e familiar no país de

maneira geral, relaciona-se à ocupação dos trabalhadores mobilizados nas reuniões com a FERAESP no local de origem, isto é, antes do processo migratório para Descalvado.

A maioria das famílias assentadas já vivia ou trabalhava na zona rural nos municípios de origem, seja como agricultor (quatro deles) seja como meeiro ou posseiro (quatro também) ou ainda como assalariados rurais (três entrevistados) e com o trabalho informal (apenas um). Os assalariados rurais e o trabalhador informal eram volantes que trabalhavam no corte da cana, tanto no nordeste como no estado de São Paulo. Esses dados nos levam a acreditar que muitos deles, possivelmente, experimentaram o processo de expropriação de terras e dos meios de trabalho levado a cabo nos anos de 1970 e 1980, quando os projetos desenvolvimentistas do Estado ganharam a cena no espaço rural nacional de maneira geral. Esse processo, por sua vez, levou os trabalhadores à experiência da migração para outras regiões do país, tendo passado, inclusive, pela experiência de trabalho urbano, e voltado ao campo através da luta pela terra.

Todos esses dados demonstram, portanto, que os beneficiários diretos dos assentamentos em Descalvado têm experiências bastante diversificadas. Do ponto de vista do trabalho, ao longo da trajetória dos assentados observam-se agricultores desterritorializados, meeiros e posseiros também na mesma situação, assalariados rurais e trabalhadores volantes, assalariados urbanos completamente integrados ao mercado de trabalho e aqueles que não estavam trabalhando.

Nesse sentido, os nossos dados reafirmam o posicionamento de Alentejano (2003), que argumenta que os assentamentos de reforma agrária no país estão possibilitando a ressocialização de categorias sociais que foram inseridas precariamente nos processos produtivos de maneira geral, no campo e nas cidades. Portanto, a reforma agrária brasileira, mais do que uma correção das tendências concentracionistas do regime fundiário, tem por objetivo corrigir os efeitos sociais danosos nas relações de trabalho.

Da mesma forma, esses dados também corroboram Marques (2004, p. 151) que argumenta que:

As novidades (da luta pela terra) desse momento histórico são muitas. Dentre elas destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação e nem com a passagem desses sujeitos pela cidade.

Através desses dados podemos deduzir que no trabalho de mobilização pela liderança local do movimento dos possíveis candidatos a se beneficiarem da política de reforma agrária se dava nas fazendas de cana de açúcar, nas periferias das cidades da região e também no próprio município de Descalvado. Nesses locais, a FERAESP, através de sua liderança local, realizou um trabalho de reconstituição, no sentido de trazer à tona elementos da vida dessas pessoas que têm significação cultural ligada à vivência no meio rural e que possibilitassem a construção conjunta de um processo de mudança social a partir de suas trajetórias. A fala de um assentado transcrita abaixo também é representativa desse processo e importante fonte para nossas considerações:

(...) nessas andanças pra lá e pra cá e gente conheceu a FERAESP, aí foi quando eles chamaram a gente para participar, pra lutar por terra. Eles falavam muita coisa pra gente, se a gente já tinha morado na roça, se tinha afinidade com o trabalho pesado, essas coisas. A gente estava querendo mesmo sair do trabalho na fazenda né, largar de ter patrão e começar a ter uma coisa nossa, era o sonho da gente. A terra não tinha mistério pra nós, já vivemos dela. Então meu filho se animou. A gente num tinha muita ideia do que era isso aqui não, mas estávamos lá, começamos a participar de reuniões e foi quando a gente começou ver realmente o que vinha pela frente. Num sei, mas foi aí que deu mais vontade de conquistar uma terra aqui. (...) lá eu estava com minha mãe também, mas "minino", minha mãe estava mais animada do que eu para o acampamento, pra ela era tudo uma aventura. Ela era a mais animada pra conseguir a terra, ela mora aqui comigo hoje, mas a terra pra ela era tudo, como se fosse uma oportunidade de voltar ao passado, de ter a vida dela do sítio lá de Adamantina de volta, a vida que

a gente tinha né. Minha mãe cismou com o movimento, ela queria porque queria a terra. Então a FERAESP tinha convencido minha mãe e meu filho, pronto! Foi quando eu comecei a perceber que a terra era a felicidade da minha família. To aí até hoje lutando por essa felicidade. (Assentada no PA Aurora em Descalvado, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Com relação às reuniões e mobilizações antecedentes à ação de ocupação de terras propriamente dita, Neves (1999) argumentou que elas são momentos de encontro e de discussão sobre os futuros possíveis dos que dela participam e protagonizam. Elas permitem reordenações mais intensas da vida social dos agentes mobilizados, pois as formas de estruturação e de representação tornam-se mais facilmente perceptíveis e têm respaldo de outras pessoas na mesma situação. Com isso, a ação dos grupos que se funda nesse processo permite desnaturalizar modos de condutas sob os quais se encontravam inseridos, e o mundo social por eles (re)ordenados, ainda que a princípio esteja no nível da representação, faz emergir articulações sociais decorrentes dos encontros e concorrências pela objetivação de políticas públicas.

Como afirmou um assentado em uma conversa informal no seu lote a respeito do trabalho da liderança da FERAESP em Descalvado: "(...) eu planto feijão, milho, mandioca, essas coisas aqui no meu lote, ele não. Ele planta famílias na terra". Enquanto uma liderança da ação coletiva, a eficácia do seu trabalho depende do engajamento e da convergência entre as representações sociais dos agentes envolvidos com a mudança almejada. Por conta disso, o trabalho de produção e da ativação de sentidos sociais através do imaginário sobre a vida no meio rural e do patrimônio que a terra representava, presente na memória de muitas das pessoas que a liderança mobilizava, foi de extrema importância. Além disso, o trabalho de desconstrução de representações antigas com relação ao "ser sem terra" também foi, na mesma medida, fundamental. Esse trabalho, segundo a liderança local da FERAESP, foi o mais difícil:

Rapaz, falar da terra pra eles era fácil. Praticamente todos ali já tiveram terra e trabalharam nela. O problema estava quando a gente falava dos sem terras. Viver em acampamentos, brigar com grandes proprietários, falar de polícia então. Esse era o problema. Essa parte, acho, foi a mais difícil. Porque as pessoas tinham uma ideia do que era os sem terras, aquela que a mídia passa: vagabundos, criminosos, invasores. Isso era difícil de tirar deles. Eu acho isso até um crime o que a mídia faz. (Liderança local da FERAESP, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Como apontou Neves (1999), valorizar o papel do agente externo no processo de luta pela terra é também reconhecer a importância do entendimento da construção de relações de força, de incitação de instrumentos cognitivos e de quadros de percepção legais do problema e das possibilidades de mudança de modo a dotar o grupo da crença em seu poder de ação, de confrontação e no valor moral e legal da contestação. Ou seja, apesar de os agentes mobilizados se encontrarem em posições sociais extremamente diferentes (eram trabalhadores rurais assalariados, moradores de periferias, desempregados, etc.) e, a maioria deles, nunca ter participado de movimentos sociais anteriormente, eles se engajam em uma mesma arena de disputas e interesse comum que permitiu a constituição de um ator coletivo com um único objetivo: os "sem terras" e a conquista da terra.

Assim, a identidade social de sem terra foi assumida a partir de mudanças econômicas, sociais e culturais dos sujeitos envolvidos nesse processo. Mas, para que essa investida identitária fosse vista como um campo de possibilidade, ela esteve, de alguma forma, vinculada ao passado das pessoas mobilizadas. Ou seja, o trabalho da liderança nessa fase da luta foi realizado explorando representações cotidianas pretéritas dos envolvidos, mas que tinham significação no presente, remontando-nos às palavras de Castells (1999) sobre os elementos que dão sentido às construções identitárias atualmente. E, dentre esses elementos, dois tiveram destaque: a conquista da terra que representava a possibilidade de construção de novo lugar de vida e a agregação familiar no meio rural.

As experiências passadas de trabalho e vida no meio rural, reavivadas pela liderança nos espaços políticos, foram decisivas para que as pessoas que participavam das mobilizações assumissem tal identidade social para a construção de um ator coletivo em Descalvado. Assim,



nossos dados corroboram o posicionamento de Marques (2004), pois a sociabilidade e as relações cotidianas da vivência no meio rural já faziam parte da trajetória social dos "sem terras" de Descalvado, isto é, os trabalhadores tinham afinidades socioculturais. A proposta de luta pela terra nesse município e entre os trabalhadores rurais migrantes, portanto, se fez como cicatriz, uma forma de (re)ligar passado e presente, mesmo que em outro contexto espaço-temporal.

Essas experiências sociais e culturais dos trabalhadores funcionaram como um esquema pré-concebido de disposições e operaram como uma matriz identitária naquele momento. Enfim, o trabalho de mobilização e a luta por território eram vistos não somente como um meio material de sobrevivência imediata, mas, sobretudo, como significação simbólica e cultural que estava além do tempo presente. Ou seja, a construção do território possível do assentamento rural foi, primeiramente, visualizada como uma representação social que deu sentido à identidade de "sem terra". Assim, nosso estudo nos leva a corroborar o argumento de Haesbaert (2007b), quando esse autor trata das geografias imaginárias que dão sentido às ações sociais de grupos subalternos.

Mas, é somente a partir da intencionalidade criada com a representação do espaço que se produz o território propriamente dito, que é o local apropriado e dominado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir do poder, como bem apontou Raffestin (1993). Essa intencionalidade vai ser exaltada com a ação de ocupação das terras, que será tratada mais adiante nesse trabalho.

Portanto, o território do assentamento rural foi uma produção a partir do espaço, material e simbolicamente. Não é por outra razão que a liderança da FERAESP buscou com o trabalho de mobilização e nas reuniões aguçar a utopia do "engenho liberto" (SIGAUD, 2005), no sentido de conquistar a autonomia a partir da luta pela terra e da constituição de um patrimônio familiar, e não mais da dependência do patrão.

O ideal de autonomia e da terra como patrimônio foram as principais motivações que os assentados afirmaram ter com a participação na luta pela terra em Descalvado, além da vontade de retornar a uma condição social, a de agricultor, que alguns já haviam experimentado no passado. Por isso encaramos nesse constructo identitário que tem a conquista do território como lugar de vida a principal referência, corroborando a argumentação de Castells (1999) e Haesbaert (2007b) - quanto aos novos elementos constituidores de identidades sociais que atualmente perpassam o território. A fala de um assentado transcrita abaixo é ilustrativa:

Primeiro a gente veio para São Paulo trabalhar na cana, como falei, mas depois a gente vai conversando com o pessoal do trabalho, da redondeza né, conhecendo um e outro até a gente encontrar o movimento. Pensava que eu ia conseguir minha terra assim lutando mesmo, sabe? Foi por isso que eu e minha família paramos em Descalvado, estávamos atrás desse sonho de ter a terra própria mesmo. Lutando. Ah, eu pensava assim, e só para eu plantar, criar o que eu gosto né, criar os filhos mesmo na terra, porque na cidade é muito difícil, tudo tem que ter dinheiro e a violência é muita né? Eu queria uma terra pra eu ter paz e ver o futuro dos meus filhos na terra como foi o meu em Acaraú (Ceará). Diferente né, com mais trabalho e força pra vencer todas as dificuldades que a vida colocar pra eles. Apesar de eu querer ter a terra pra mim, a gente preocupa muito com os filhos né, então pra mim a terra não é só minha, é dos filhos também. Viver como no passado, mas pensando num futuro melhor pra eles. (Assentada no PA Bom Retiro em Descalvado, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Não é surpreendente que o "sistema de morada" esteja no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitua o referencial do seu imaginário para a entrada na luta a partir da (re)construção do sentido do "ser" sem terra. Esses elementos, inclusive, já foram apontados por Wanderley (2009).

A partir dos nossos dados, podemos dizer que a subsistência e a reprodução material e simbólica do grupo, almejada a partir da participação nos espaços de mediação propiciados pela FERAESP em Descalvado, dependiam do acesso a terra. Esta está no centro das análises dos costumes relativos ao espaço e ao direito de acesso à moradia, trabalho, alimento, dentre outras coisas, e da reconstrução estratégica da identidade de "sem terra"



Dessa forma, consideramos que as reuniões e as mobilizações tinham o poder de dotar o grupo de certos atributos morais e legais para conduzirem um investimento em uma arena de disputas, reforçando sua identificação a uma causa, ou, como ensinou Geertz (1989), o *ethos* do grupo. Parte da entrevista transcrita abaixo é representativa desse processo.

Naquele momento o grupo tava se fortalecendo, tava discutindo ainda a possibilidade de fazer uma ocupação de terra e do que era mesmo ser sem terra. O que significava ocupar terra em Descalvado. Então, o que a gente chamava de trabalho de iniciação, hoje nós falamos em trabalho de base. O trabalho de base é reunir as famílias, tá explicando como funciona a luta, tá levando as pessoas a tomar consciência do que ela vai fazer, como é que ela vai ingressar naquele grupo de saber sobre suas experiências com o trabalho rural, pra ver se ela tem afinidade com a terra né, essas coisas (Assentado no PA Aurora em Descalvado, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Comerford (2008) estudou as reuniões em assentamentos rurais que, para além de um significado estritamente econômico que o acesso à terra tinha, possibilitava a significação de certas condições políticas, sociais e culturais que os participantes tinham "bloqueadas". Nesse sentido elas liberavam um saber-fazer anterior que, na condição social, temporal e espacial atual permitiram ser (re)avivadas.

Apesar de esse autor trabalhar as reuniões no assentamento como um território já constituído acredita-se poder fazer um paralelo com a situação analisada, quando as reuniões se colocaram como um instrumento que possibilitava a intervenção no território. Pois, mais do que um momento ou um meio para que o grupo resolvesse seus problemas e tomasse suas decisões, as reuniões anteriores à ocupação tiveram a função de construção de um grupo enquanto tal, com uma identidade social definida, a de "sem terra", e do objetivo comum, o acesso à terra.

As reuniões acabaram por ter uma série de efeitos sociais imprevistos e que foram fundamentais na luta pela terra e na dinâmica das relações em que estavam envolvidos os participantes, tendo em vista que a base do grupo era heterogênea, sem laços enquanto coletividade e, ainda que houvesse parentes entre eles, as experiências anteriores eram bastante diversificadas, por isso sem uma identidade comum.

### **AS OCUPAÇÕES DE TERRAS EM DESCALVADO: O INÍCIO DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DE "SEM TERRA".**

As áreas onde hoje estão localizados os assentamentos em Descalvado pertenciam à Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), uma empresa pública de estradas de ferro do estado de São Paulo, mas que foi extinta após ser incorporada à rede ferroviária federal. Com o declínio do transporte ferroviário no Brasil de maneira geral, e nesse estado em particular, as áreas da FEPASA foram sendo gradativamente concedidas para terceiros que teriam o direito de exploração desse recurso natural (a terra) por um tempo de 21 anos, suscetíveis de renovação por igual período (MAGNO, 2011).

A empresa que obteve a permissão para o uso das áreas da FEPASA no município de Descalvado foi a RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL, uma indústria de Limeira (município da região administrativa de Campinas), que na data de 06 de novembro de 1986 firmou o contrato de concessão para o cultivo de eucalipto no local, matéria prima de sua produção (MAGNO, 2011).

Findada a concessão no ano de 2007, a RIPASA não realizou a renovação do contrato com o governo, e a primeira ocupação dos trabalhadores nas áreas iniciou-se nesse ano.

A partir das mobilizações e das reuniões realizadas no ano anterior, foi deliberada e organizada a primeira ação do grupo. No dia 13 de janeiro de 2007 aproximadamente 200 pessoas se reuniram para discutir o fim da concessão das terras à RIPASA. Nesse momento, também articularam as principais estratégias para a luta, e, entre elas, a primeira ocupação da área onde hoje é o assentamento Aurora, que se deu na madrugada dessa mesma data (MAGNO, 2011).

A partir dessa ação, portanto, pode-se dizer que o território passou a ser também objeto de dominação pelo grupo, pois as representações sociais construídas anteriormente nas reuniões sobre as possibilidades que a conquista da terra poderia lhes auferir foi materializada com a

ocupação. Ou seja, nesse momento o território era, ao mesmo tempo, objeto de apropriação e dominação (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2002; 2011), pois envolvia uma dimensão simbólica, construída por meio das representações sociais dos "sem terra" nas reuniões, e uma política de reivindicar uma área através da ocupação.

Porém, após alguns dias de acampamento, a juíza local encaminhou o processo de desocupação da área pelos "invasores", e esta deveria ser realizada até à tarde de domingo do dia 28 de janeiro do mesmo ano. Para evitar "maiores problemas", os acampados desmancharam suas barracas e se dirigiram para as margens da estrada vicinal que liga a área à cidade de Descalvado.

A partir desse primeiro confronto muitas pessoas desistiram da luta por medo, cansaço e também pela falta de crença nas possibilidades de conquista daquelas terras legalmente. Com isso, o número de participantes variava no decorrer dos dias acampados, podendo ir de mais de 200, como no dia em que foi realizada a ação de ocupação propriamente dita, e também diminuir bastante, como quando a polícia chegou intimidando os "invasores" e da ação de despejo. Portanto, depois de erguido o acampamento, o número de acampados podia variar de acordo com os eventos que ocorriam no processo de luta entre os acampados e os agentes externos. Essas oscilações, se por um lado podiam indicar certa relutância entre a fidelidade de um *ethos* anterior (GEERTZ, 1989) e a adesão a um novo modelo ainda não instalado, por outro acentuavam que o papel dos mediadores não poderia ser enfraquecido, sob pena de a passagem de um universo de significação a outro não se efetivar (NEVES, 1999).

Por isso, mesmo com a ação de despejo e de algum tempo acampados às margens da estrada vicinal, o trabalho de mobilização não parava. Nesse contexto, outras pessoas se dirigiram ao local a fim de participarem da luta. A partir desse novo movimento de aglutinação foi que os acampados começaram a perceber que a ação coletiva estava tendo respaldo por outros grupos, principalmente se esses que se agregavam eram "de fora", ou seja, de outros municípios que, segundo eles, revelavam o "tamanho da ação e seu alcance". Essas novas adesões indicam que a atuação dos mediadores estava surtindo o efeito de agregação social, construindo a ponte (NEVES, 1999) e a identificação entre atores sociais que já extrapolavam a dimensão mais "doméstica" das lutas (MEDEIROS; ESTERCI, 1994).

Passados mais de dois meses de acampamento na estrada e da agregação de mais pessoas na luta, os acampados elaboraram novas estratégias e buscaram junto ao movimento outros respaldos legais para nova ação de ocupação da área. E esta aconteceu no dia 6 de abril do mesmo ano. Porém, novamente a empresa RIPASA pediu a reintegração de posse.

A homogeneização obtida nesse processo de enfrentamento encontrou seu auge, principalmente, durante o segundo acampamento. Nessa fase, em meio ao aguçamento do confronto com a polícia, com o poder judiciário e com os representantes da empresa arrendatária da área em disputa, os "sem terra" começaram a ter maior clareza do comportamento que os subordinavam. E é justamente nessa fase que, segundo Zimmermann (1994), ocorre o aumento da percepção crítica, tanto através das ações de integração (reuniões, da própria ocupação, deliberações, organização das comissões, proximidade com o movimento social, etc.) como também por aquelas induzidas pelos agentes externos, os "inimigos", que fomentam a dissociação das famílias acampadas (ações de reintegração de posse, repressão policial, preconceito do poder público local, etc.). Nesse sentido, a fala de um dos assentados entrevistado é referência:

Nada me assustava não, só quando os "homi" (a polícia) chegava com as armas. Mas num aconteceu nada mais do que isso não. Eles chegaram aqui falando mal da gente, mandando a gente sair. Mas a gente sabia que a terra aqui estava irregular com o governo. Aí nós ficamos mesmo, aí que deu mais vontade de lutar junto do povo (Assentado no PA Aurora em Descalvado, entrevista, pesquisa de campo, 2010).

Percebe-se que o sentimento de pertencimento ao grupo foi aguçado no acampamento. Frases nas entrevistas como "no acampamento era uma família só" e "tinha mais união no acampamento", eram reveladoras de uma situação de coesão da população e do estabelecimento de uma visão de mundo comum.

Assim, não devemos considerar esse momento da luta como um recorte demográfico e geográfico apenas, mas também como uma construção política-ideológica, flexível, móvel e com diversas facetas formadas no próprio processo de luta. De um ponto de vista sociológico, o que importa é que essa crença da conquista da terra passou a figurar no horizonte de possibilidades dos, agora, "sem terra". E do ponto de vista geográfico, as ocupações com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações e ganhar visibilidade por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade: o domínio do território.

Com o ato de ocupar, os movimentos legitimam suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de que aquela área é sua. Ao montar sua barraca, o trabalhador grafa o território, materializa sua presença e informa política e publicamente que quer a terra. Essa afirmação está dirigida a diversas instituições: ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), às universidades, a outros movimentos, ao poder público local, etc. Ou, conforme ressaltou Sigaud (2005): a barraca legitima a pretensão a "pegar terra".

Nesse complexo contexto, a vitória dos demandantes da política de reforma agrária foi conquistada. Depois de um longo processo de enfrentamento e de resistência, tanto política e cultural como material das condições precárias e instáveis de vida no acampamento, saiu a proposta do INCRA de criação de um projeto de assentamento no local alvo dessas primeiras ocupações do grupo de "sem terras" de Descalvado, beneficiando 80 famílias (cerca de 250 pessoas) e reconhecendo a legitimidade das intervenções no território dos atores envolvidos na luta e iniciando o processo de construção de um novo território no município: o assentamento Aurora.

Aqueles "sem terras" que não conseguiram "pegar terra" nessa ação, voltaram a organizar, junto à FERAESP, novas reuniões para outras ações de ocupações. Essas pessoas, depois de terem passado pela experiência do acampamento e terem visto que "a ação dava certo", ficavam mais mobilizadas ainda para participar e, muitas vezes, protagonizar os espaços de mediação política e mobilizações iniciais no município.

Nesse contexto, não tardou para que o grupo, já mobilizado pelas ocupações anteriores, organizasse nova ação. E essa se deu no mês de outubro de 2008 na área onde hoje está o terceiro assentamento rural, o PA Bom Retiro, fruto desse processo de mobilização e de mudança social de trabalhadores a assentados. Nessa ação, não houve despejo dos acampados, pois a área pertencia à mesma empresa que estava irregular quanto à renovação das concessões de terras. Assim, nessa ocupação não houve conflito explícito entre policiais, poder judiciário e "sem terras", e o assentamento foi territorializado relativamente rápido, por conta das outras ações do movimento que estavam tendo respaldo em Descalvado.

Nesse sentido, argumentamos que as manifestações de ocupação devem ser lidas como expressão pública do grupo em torno de objetivos e identidades comuns: o ser "sem terra" e a conquista da terra. A identidade que vinha sendo construída, através da participação diferenciada nas reuniões, nas mobilizações e no acampamento dos diversos atores envolvidos no processo, tinha como eixo principal um projeto de vida com sustentação através representação social que a conquista da terra amparava.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procurando finalizar a discussão, podemos afirmar que a política de assentamentos rurais se constrói como resultado de uma luta social e de um processo de intervenção dos poderes públicos e dos atores envolvidos em um território. Ou seja, se constrói no interior de um campo de forças no qual se encontram e se confrontam seus principais atores: os sem terra (com suas diversas trajetórias e concepções de mundo), seus aliados e representantes (que frequentemente elaboram e organizam os discursos e a atuação dos atores envolvidos) e os próprios poderes públicos e privados. Essa arena de conflitos permite aprofundar os espaços de viabilidade para a implantação dos projetos demandados como também podem colocar-se como um empecilho à sua efetivação.

Nesse contexto, buscamos, especificamente, entender como os "sem terra" de Descalvado, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, participaram efetivamente da dinâmica do processo de territorialização de assentamentos rurais. Ou seja, procuramos entendê-los como portadores de afinidades que, inseridos em redes sociais estabelecidas ao longo do tempo

entre os próprios demandantes e entre eles e as organizações mediadoras, construíram estratégias identitárias para a intervenção, por parte do governo, em uma situação de conflito por território e na condução de uma proposta de política pública para a área. Assim, não os tratamos como um ator coletivo, historicamente determinado e com uma identidade de classe social para si especificamente estruturada e com um fim determinado.

A estratégica construção de redes de relações sociais, de grupos e da própria luta, nos ofereceu subsídios para pensarmos esses aspectos dinâmicos da identidade de grupos inseridos de forma precária na modernização rural. Assim a luta, o processo de mobilizações e reuniões bem como o reconhecimento institucional da demanda, foram responsáveis por reforçar laços de solidariedade, união e proximidade e durante a qual os atores envolvidos construíram importantes alianças que garantiram o entendimento e o atendimento de uma de suas demandas vitais, qual seja: a terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2 n. 21, ano 19, jul/dez. 2003.

ALVES, F. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**, v.3, n 1. Campinas, 2009. p. 153 - 178.

GAMEFORD, J. C. As reuniões em um assentamento rural como rituais. In: COSTA, L. F. de C. *et al* (orgs). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica – RJ: EDUR, 2008. p. 181-191.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Vol. II (trad. Klaus B. Gerhardt) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERRANTE, V. L. B. A controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista. In: **Sindicalismo no campo: reflexões**. **Cadernos do CEDI**, Rio de Janeiro, nº 21, 1991.

FERRANTE, V. L. B; BARONE, L. A. O lugar dos assentamentos no desenvolvimento local/regional: dilemas e perspectivas futuras. **Revista Uniara**, nº17/18, 2006. p. 155-180. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/revistauniara/pdf/17/rev17completa\\_17.pdf](http://www.uniara.com.br/revistauniara/pdf/17/rev17completa_17.pdf)>. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

FERRANTE, V. L. S. B; *et. al*. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B; ALY, JUNIOR, O. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005. p. 37-70.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.p. 33-55.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M; BECKER, B. *et al* (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3º Ed. Niterói-RJ: Lamparina, 2007b. p. 43-77.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Orgs.). Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-24.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Banco de dados IEA**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2009.

MAGNO, L; DOULA, S. M; SOUSA, D. V. de. O (re)ordenamento territorial para a produção de etanol em São Paulo: uma análise dos desafios agrários e ambientais. In: FERREIRA NETO, J.

- A. *et al.* (orgs). **Recursos naturais, sistemas de informação geográfica e processos sociais**. Viçosa: Editora da UFV; Visconde do Rio Branco: Suprema, 2010. p. 195-216.
- MAGNO, L. **Territorialização, conflitos e construção das identidades no assentamento rural Aurora em Descalvado-SP**. 2011. 218f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, nº19 jun/dez. 2002. p. 95-112.
- MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 145 - 156.
- MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, L. S. de; ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS, L. S. de. *et al.* (Orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994, p.11-26.
- NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas e inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 13, outubro 1999: p. 5-28. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/delma13.htm>>. Acessado em 19 de janeiro de 2010.
- NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- NOVAES. R. R. A mediação no campo: entre a polissemia a banalização. In: MEDEIROS, L. S. de *et al.* (Org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994. p.177-183.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei estadual nº11.241 de 19 de setembro de 2002 que regulamenta a queimada da palha da cana e dá outras providências**. São Paulo: ALESP, 2002. Disponível em: <[http://www.barretos.sp.gov.br/planodiretor/arquivos/lei\\_Est\\_11241.pdf](http://www.barretos.sp.gov.br/planodiretor/arquivos/lei_Est_11241.pdf)>. Acessado em 10/01/2010.
- SIGAUD, L. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n.1, 2005. p. 255 – 280.
- SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WANDERLEY, M. de N. B. "Morar e trabalhar": o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios de organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L.S. de *et al.* (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. p. 205 - 224.